

PT São Paulo

AS DIRETAS VÊM AÍ

A partir de janeiro, a campanha por eleições diretas para presidente da República será um dos eixos da atuação do PT, ao lado da luta pela democratização do "Congresso-Constituinte" e pela elaboração de um projeto de Constituinte, contendo as reivindicações fundamentais do povo brasileiro. Pág. 3.



Maria Luiza, Suplicy, Vitor Buaiz e Darcy Accorsi obtiveram os melhores resultados do PT nas eleições de 15 de novembro.



ÊXITOS ELEITORAIS

ESCOLHA DE CANDIDATOS

O partido já começou a discutir os candidatos aos cargos majoritários nas eleições de 15 de novembro de 1986 (governador, vice e dois senadores). Para organizar o processo de escolha, a Comissão Executiva apresentou ao Diretório Estadual no último dia 14 a seguinte proposta: discussão, no mês de janeiro, dos nomes dos candidatos pelos núcleos e diretórios, com base em um texto sobre o quadro político e a tática eleitoral do PT; em seguida, abertura do debate interno com os candidatos que aceitaram as indicações. E, no final desta fase, caso haja mais de um candidato para cada vaga, a sugestão é realizar uma prévia, precedendo as convenções.



Orçamento é aprovado

O orçamento de 1986 para o município de São Paulo é de Cr\$ 15 trilhões, o 4º do país, e foi aprovado no último dia 28 pela Câmara Municipal, por decurso de prazo.

O esvaziamento do Plenário ocorreu devido a ausência de vereadores do PMDB e PTB. Isso demonstra o desinteresse da maioria dos parlamentares da atual e da próxima Administração Municipal em discutir e votar questões decisivas para a população de São Paulo.

A líder do PT na Câmara, vereador Luiza Brundino de Souza, fez pronunciamento em nome da Bancada anunciando o projeto de Orçamento, enviado pelo Executivo.

Após um extenso estudo, a Bancada se pronunciou contra porque entendeu que a proposta de Orçamento não correspondia a uma análise correta da realidade financeira da administração pública, discordando da proposta implícita de diminuição do salário do funcionalismo municipal.

Em Diadema, criado Conselho

O Conselho de Representantes, formado por 17 regiões de Diadema, estará reunido dia 9 de dezembro, no anfiteatro do Paço Municipal, para prosseguir a discussão sobre a aplicação do Programa de Investimentos da Prefeitura. Na reunião serão definidos os bairros cujas obras públicas devem ser implementadas pela municipalidade. Para o próximo ano já foram destinados investimentos da ordem de Cr\$ 32,4 bilhões.

Depois, o Conselho acompanhará a execução do orçamento para 1986, quando representará as regiões de Canhema,

Santa Rita, Taboão, Jardim das Nações etc.

Secretaria de Movimentos Populares marca plenária

A nova Secretaria de Movimentos Populares do PT, criada a partir do último Encontro Estadual, já marcou uma plenária para o dia 18 de dezembro, às 19h30, na Câmara Municipal, quando os petistas ligados aos movimentos populares irão discutir propostas políticas que visem a unificação da ação do Partido junto a esses movimentos.

Segundo os organizadores, além da organização da Secretaria, o ano de 1986 será um ano eleitoral, com as eleições dominando o interesse geral, inclusive dos participantes dos movimentos populares. Neste sentido, vai se buscar aprofundar definições para um Plano de Trabalho da Secretaria. Maiores informações sobre a plenária poderão ser obtidas com os companheiros Gimenez (fones: 37-7521 e 37-7522).

Vereadores ingressam no PT

Em Santos, o vereador Alcindo Gonçalves, do PMDB, entrou para o Partido em começo de dezembro. À mesma época, outros vereadores do PMDB de Piraju (sub-região de Botucatu) ingressaram no PT: Marcelo Henrique de Almeida, 37 anos, médico sanitário (terceiro mais votado na cidade), e Pedro Antônio Rocha, 39 anos, professor. Em Piraju, constituiu-se no momento a Comissão Provisória do Partido.

Em Campinas, 17 entidades exigem verbas para ensino

Professores, pais de alunos e estudantes de Campinas, articulados em torno de 17 entidades ligadas à educação, estão desenvolvendo uma intensa mobilização, a fim de garantir, naquele município, a aplicação da chamada "Emenda Calmon" — que destina 25% do orçamento público ao ensino.

O vereador Ricardo Galletta, do PT, denunciou na Câmara Municipal, com dados concretos, que o orçamento da Prefeitura para 1986 não respeitou a determinação da "Emenda Calmon". Em seguida, Galletta, apoiado por várias entidades (Apeoesp, Simpro, Adunicamp, Udemo, UEE, Upes, DCE-Pucamp, Cedes, CCAPMs etc.), apresentou um projeto que assegura a complementação orçamentária para a melhoria do ensino em Campinas, fixando-se nos 25% indicados pela "Emenda Calmon".

"Nesta luta", afirma Galletta, "o PMDB — que detém o poder na Prefeitura — tem se desmascarado, pois se coloca contra as reivindicações dos trabalhadores em educação, decepcionando até mesmo algumas lideranças que antes confiavam na sua administração".

Uma CEI para a CMTC

A vereadora Tereza Lajolo entrou com requerimento ao plenário da Câmara Municipal de São Paulo pedindo a constituição de uma Comissão Especial de Inquérito para analisar e avaliar a atual situação da Companhia Municipal de Transportes Coletivos — CMTC. Essa comissão deve ser formada por 7 vereadores, e deverá apresentar suas conclusões no prazo de 90 dias.

Segundo a vereadora, a CMTC é atualmente a empresa pública que recebe a maior porcentagem do total de subsídios que saem dos cofres municipais. Apesar disso, e dos constantes pedidos de verbas suplementares, a empresa continua apre-

sentando problemas de déficit. Estes fatos já seriam suficientes para que a Câmara se dedicasse a fazer uma profunda análise da situação da CMTC. Não é só isso, afirma Tereza, que chama a nossa atenção. Apesar do seu orçamento, a CMTC não consegue alterar a sofrível qualidade dos serviços prestados, além de ser alvo de inúmeras denúncias de irregularidades na sua gestão. Desde aquelas relativas aos seu próprio pessoal (encargos e funções) até as que tratam de contratos com terceiros.

Diante desta situação, acreditamos que é imperativo realizarmos uma análise da CMTC. Os resultados dessa Comissão de Inquérito poderão ser altamente benéficos para a própria empresa pública e, principalmente, servirá para resguardar os interesses da comunidade paulistana.

2º Encontro do Interior

Realizou-se nos dias 7 e 8 de dezembro últimos em Ribeirão Preto o 2º Encontro do Interior promovido pelo Diretório Regional e Secretaria do Interior. Seu objetivo foi avaliar o quadro conjuntural pós-eleições e debater os principais eixos de intervenção do PT — constituinte, diretas, luta contra a pol.econômica e ainda extrair propostas concretas de encaminhamentos das tarefas para 86, integrando de forma orgânica o conjunto do PT no Estado de São Paulo.

Pelo fato de estarmos realizando o fechamento desta edição durante a realização do Encontro, deixaremos para o próximo número do PT S. Paulo a publicação de uma síntese de suas resoluções políticas.

Eletricitários

Lançado há cinco meses, o Movimento de Oposição Sindical Eletricitário (Mose), que reúne companheiros da CESP, Eletropaulo e Furnas, já conquistou importante apoio na categoria, porque apresenta uma plataforma de luta e uma oposição firme ao pelego Rogério Magri, que dirige o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. Magri, atualmente, destaca-se como "braço direito" do Joaquinão —

o velho pelego do Sindicato dos Metalúrgicos.

Os companheiros que se dispuseram a lutar com a oposição, podem anotar o endereço: a sede provisória do Mose fica à rua da Glória, 747, Conj. 1, bairro Liberdade. As reuniões regulares do movimento são todas as quintas-feiras, às 18 horas. Vamos lá!

Dia da Consciência Negra

O 3º Projeto Zumbi, realizado de 17 a 30 de novembro no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) propôs a valorização da liberdade de expressão do negro e o questionamento de sua postura diante de atitudes repressivas da sociedade contemporânea.

Durante o evento a comunidade negra desenvolveu trabalhos artísticos de participação na sociedade; números musicais, de dança, produção de artesanato, indicaram a necessidade de um engajamento racional entre o negro e o branco.

Vereador critica grileiro

O vereador Cláudio Barroso Gomes visitou, em meados de novembro, a região de Lins e Birigüi, em São Paulo, e constatou a problemática do trabalhador sem terra. No dia 26 de novembro, o vereador pronunciou discurso na Câmara Municipal afirmando que "em Brejo Alegre, na região de Birigüi, existem mais de 6 mil hectares de terra, abrangendo três municípios, pertencentes ao grande grileiro J.J. Abdala".

"Apesar disso", continuou, "60 famílias sem terra estão à beira da estrada há mais de oito me-

ses aguardando do goerno seu assentamento para que possam plantar e viver. E isso acontece por culpa de um governo comprometido, não com o seu povo, com os interesses dos exploradores capitalistas e latifundiários".

Encontro de candomblé

O I Encontro Estadual de Candomblé foi realizado dia 30 de novembro, em Rio Claro, São Paulo, com a participação de 26 cidades paulistas. Compareceram o Pai Bobó, um dos mais velhos Olorixás existentes no Brasil e Hélio Santos, representante da Comunidade Negra na Comissão Provisória para Estudos Constituintes, filhos de casas de candomblé e simpatizantes.

Os participantes entregaram a Hélio Santos uma Carta de Reivindicações, na qual consta o tombamento das Casas de Candomblé (patrimônio histórico), reconhecimento do candomblé como religião e respeito aos cultos, direitos previdenciários para os sacerdotes e ensino da religião nas escolas públicas.

Condecorados Boff e Ramin

O Dia Universal dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, será comemorado este ano, na Câmara Municipal de São Paulo, com solenidade de entrega de três medalhas Anchieta, às 19 horas.

A primeira será entregue a frei Leonardo Boff, a segunda, em homenagem póstuma, ao padre Ezequiel Ramin, missionário assassinado em Rondônia por pistoleiros a mando dos latifundiários, e a terceira à Comunidade de Sofredores da Rua, que mobiliza, reúne e organiza os moradores da rua e catadores de papel.

EXPEDIENTE

Editor: José Américo Dias
Secretário de Redação: Gilberto Penha de Araújo.
Equipe de Edição: Dernal Santos, Sonia Maria Nadalin, Sérgio dos Santos, Rondon Martin.
Redação: Fernando Jorge, Marcos de Oliveira, Ligia Maria Cruz, Diógenes Marcelino, Cleide Sanches Rodrigues, Paulo Eleutério, Paulo Costa, Marisa Mello, Maristela Maffei, Sandra Sagrado.

Fotografia: Tarcisio Geraldo Faria e Vera Yursis.
Diagramação: Wilson R. Thomaz
Revisão: Celso Fonseca
Ilustração: Guto.
Composto e Impresso: Cia. Editora Joruês - Rua: Arthur de Azevedo, 1977 - Fones: 815-4999 - São Paulo.
Endereço: Rua Santo Amaro, 582 - Bela Vista - São Paulo - Capital.
Fones: 37-7521, 37-7522.



“O povo votou por mudanças”

Em reunião realizada no último dia 30, o Diretório Estadual do PT analisou o desempenho do partido nas eleições do dia 15 de novembro e traçou algumas diretrizes para tarefas políticas imediatas. O texto publicado a seguir traz um resumo de suas conclusões, preparado pela Comissão Executiva Estadual.

1. Os resultados do pleito de 15 de novembro significam a reafirmação política da proposta do PT no plano nacional. Revelam também a correção da linha política de firme oposição ao governo da Aliança Democrática e da decisão de manter a independência do PT. O eleitorado brasileiro, em sua maioria, votou por mudanças econômicas e sociais, contra o poder das oligarquias regionais e contra o projeto de transição conservadora — que nada altera, no essencial, para a classe trabalhadora. O PT foi um dos canais, talvez o principal, através do qual os trabalhadores e setores da classe média manifestaram sua insatisfação ante o governo Sarney e seus aliados nos Estados.

2. Vitorioso em Fortaleza e em Goiânia (onde fomos fraudados), colhendo expressivos resultados em Vitória, Aracaju, Manaus e São Paulo, o PT avança como opção partidária ao exclusivismo do PMDB-PFL e se apresenta, se não ainda como alternativa de poder, mas como uma alternativa de governo, com uma clara política de caráter popular. Partido nacional, de massas e de luta, que contesta a transição conservadora intentada pelas classes dominantes, o PT se credencia para articular forças para a construção de uma sociedade socialista no Brasil;

3. Se o 15 de novembro referendou a coerência de nossa proposta e assinou o crescimento eleitoral do partido, ele também deixa ao PT uma dupla responsabilidade: a) É urgente intensificar os esforços de organização partidária, a fim de transformar em coletivo político, coeso e dinâmico, todo o amplo apoio recolhido nas urnas; b) É fundamental precisar, de imediato, nossa tática política para o momento atual, tendo como alvo a articulação e consolidação de uma alternativa democrática e popular ao projeto conciliador da Aliança Democrática.

Tarefas Políticas

1. Ilegítimo desde sua origem no Colégio Eleitoral, o governo Sarney desgastou-se ainda mais a partir das eleições diretas de 15 de novembro e perdeu bases sociais com a encenação da Reforma Agrária e, mais ostensivamente, com a farsa da Constituinte, por ele transformada em “Constituinte Congressual”. Comprometido com a centro-direita, imobilizado por suas alianças, prisioneiro da tutela militar e no comando de uma política econômica antipopular — que entrava reformas econômico-sociais e submeteu-se aos interesses do FMI e dos grandes grupos econômicos — o governo Sarney pretende institucionalizar-se, no Congresso Constituinte. Assim, espera legitimar-se e a seu projeto das elites, açambarcando um mandato de 6 anos, com a concordância declarada das Forças Armadas;

2. O PT não deve, portanto, afirmar que caberá à Constituinte fixar a duração do mandato do presidente Sarney, sobretudo porque não se trata de uma Constituinte livre, democrática e soberana. Trata-se, ao contrário, de levantar a bandeira das diretas em 1986, exigir a democratização da Constituinte e de criar um amplo movimento de massas por transformações econômicas e sociais, conforme a resolução aprovada no Encontro Estadual do PT em 25 de agosto de 1985;

3. Nesse sentido, o PT deverá tomar, de imediato, as seguintes iniciativas:

A — Intensificar a luta pela democratização da Constituinte, com a revogação das leis de exceção, a modificação dos critérios de representação proporcional para a eleição de deputados, a instalação de Assembléias Consultivas Municipais e a aprovação da eleição em dois turnos;

B — Levantar, desde logo, propostas econômicas, sociais e políticas que já se expressam no cotidiano de lutas dos trabalhadores e que podem dar um conteúdo democrático avançado na elaboração da nova Constituição;

C — Empunhar a bandeira das diretas em 1986, articulada com a campanha pela democratização do Congresso Constituinte, denunciando a ilegitimidade do governo Sarney e aprofundando o desgaste da Aliança Democrática junto à população;

D — O eixo destas iniciativas será um programa de lutas que englobe as reivindicações centrais do movimento popular e sindical (40 horas, trimestralidade, reposição salarial, estabilidade, liberdade e autonomia sindical, reforma agrária já, rompimento com o FMI, suspensão do pagamento da dívida externa) e que seja capaz de forjar um pólo de oposição à política da Aliança Democrática.



Sem abrir mão de sua independência política e de sua perspectiva socialista, o PT inicia discussões e entendimentos com diferentes forças políticas do país — como já o vem fazendo com o governador Leonel Brizola do PDT — em torno de um programa de lutas concretas. Priorizando a unidade na luta, o PT buscará contatos com setores e partidos políticos, com a CUT, com entidades da sociedade civil (especialmente a CNBB, a ABI e o OAB), tentando definir ações conjuntas em função da Constituinte, das eleições diretas e tendo como método a mobilização de massa. É nesse campo, aliás, e sempre em torno de programas, que o PT demarca alianças políticas e se dispõe a estudar, quando colocadas concretamente, eventuais coligações partidárias.

Pois entendemos que o PT deve manter a posição aprovada em São

Paulo no Encontro da Capital e Estadual e referendada na prática pelo Diretório Nacional. Esta posição, que hoje tem mais base política e eleitoral, reafirma que o PT deve se apresentar como alternativa ao eleitorado e aos trabalhadores, com candidatos próprios e programas. Isto significa que somos alternativa de governo à Aliança Democrática e temos propostas, plataformas e programa de governo para disputar apoio, inclusive e principalmente, na base social do PMDB e PDT e dos PCs. Em qualquer caso, e em todas as circunstâncias, a decisão em última instância caberá, como sempre na vida do PT, à manifestação democrática e soberana das bases.

Em relação aos próximos passos e ao cronograma das campanhas acima mencionadas, o Diretório Nacional deverá deliberar na sua reunião de 15 e 16 de dezembro próximos.

PT e PDT juntos por diretas

O presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, reuniu-se no dia 1º de dezembro, em São Paulo, com o governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, do PDT. A reunião iniciou um processo de entendimento entre os dois partidos, e serviu para que suas direções constatassem uma identificação de pontos de vista em torno da reivindicação de eleições diretas para presidente da República em 15 de novembro de 1986, simultaneamente com a eleição para a Constituinte o (“Congresso-Constituinte”). As direções do PT e PDT também chegaram a um acordo sobre o propósito de dialogarem com outros setores sociais e com entidades representativas da sociedade, como a CNBB, a OAB, a ABI, a Comissão de Justiça e Paz e a CUT, para formar, na opinião pública, a consciência da necessidade da campanha das diretas.

Outro ponto de vista comum manifestado foi que ambos os partidos devem assumir como eixo de suas lutas os interesses do povo por mudanças econômicas e sociais. E que, por esta razão, precisam tirar da Constituinte o seu papel de legitimador do pacto das elites e da Aliança Democrática. A concretização deste objetivo, entendem, passa pela luta pela democratização da Constituinte, com a revogação das leis de exceção e com a mudança no critério de proporcionalidade na eleição dos deputados federais.

Um arremedo de Constituinte

Valendo-se de sua maioria na Câmara Federal, o PMDB e o PFL, com a indispensável ajuda do PDS, conseguiram aprovar o “Congresso-Constituinte”, no final do mês de novembro, por 324 votos a favor, 59 contra e duas abstenções. O substitutivo do deputado Valmor Giavarina, que foi finalmente aprovada, apenas introduziu alguns retoques ao projeto original do presidente José Sarney. Assim, em vez de uma Constituinte democrática e soberana, como propôs o PT (veja a íntegra da proposta no PT São Paulo de março), teremos um arremedo de constituinte, a ser eleita ao mesmo tempo que os novos governadores de estados e deputados estaduais, no dia 15 de novembro de 1986. O substitutivo aprovado não revoga nenhuma lei de exceção, além de manter as regras eleitorais da ditadura, que não garantem a justa proporcionalidade na determinação do número de parlamentares das bancadas federais (favorece os estados menos populosos).

O comprometimento da “Nova República” com o projeto de transição conservadora, ao gosto da burguesia liberal, revelou-se também na lei de anistia, votada paralelamente, e que garante a impunidade aos torturadores, não assegura a reintegração à administração pública dos civis anistiados (fica a critério desta reintegrá-los ou não) e deixa de fora os militares de baixa patente que foram cassados.

PT teve melhor desempenho na periferia de São Paulo

Em todas as zonas eleitorais, Suplicy manteve-se sempre como o terceiro mais votado. Seu melhor desempenho foi na Capela do Socorro, zona Sul, onde obteve 27,6% dos votos contra 33,9% de Jânio e 30,0% de Fernando Henrique.

Suplicy também alcançou expressiva votação em Campo Limpo, zona Sul (27,1%) e Vila Prudente (25,1%), na zona Leste. Nos distritos de Jabaquara, Itaquera e Pirituba foram registrados 23,3%, 24,8% e 22,6%, respectivamente. A maior votação contudo ocorreu no bairro de Santa Bárbara, no distrito de Itaquera, onde Suplicy saiu vitorioso, com 36% dos votos, contra 30% dados a Fernando Henrique e 26,2% a Jânio. O pior desempenho do candidato petista foi registrado na região dos jardins, onde obteve apenas 11,6% dos votos, contra 40% dados a Fernando Henrique e 34% a Jânio.

A seguir, publicamos um artigo preparado por José Alvaro Moisés, da Comissão Executiva Estadual do PT, realizando uma avaliação ainda preliminar das tendências manifestadas pelo eleitorado paulistano nas eleições de 15 de novembro, em São Paulo.

“Estudos recentes: (1) mostram que os eleitores de Jânio são homens e mulheres de baixa renda (embora preferencialmente homens), com idade média superior a 40 anos, com o mais baixo índice de escolaridade de todo o eleitorado de São Paulo e habitante, em sua maior parte, das áreas periféricas e pobres da cidade. Como seu principal contendor, o senador Fernando Henrique, verifica-se o contrário: os eleitores do candidato peemedebista são, preferencialmente, das áreas ricas e abastadas da cidade, equilibrando os homens e as mulheres, com idade intermediária de 38 anos e escolaridade mais alta que os eleitores de Jânio, embora menor que a dos eleitores de Suplicy. Este, por sua parte, contou, majoritariamente, com os votos mais jovens (idade média de 31 anos), preferencialmente mulheres, e de maior escolaridade da cidade. Seus eleitores tem renda per capita correspondente à média do eleitorado, mas, do ponto de vista do contexto urbano, estão espalhados pela cidade, tendendo a crescer significativamente das áreas mais ricas para as mais pobres e periféricas, ao contrário de Fernando Henrique, cujo eleitorado abastado é quase 10 pontos superior àquele residente nas áreas periféricas.

“Isso permite concluir três coisas fundamentais: 1. Fernando Henrique é o único candidato cuja votação decresce, com toda a clareza possível, quanto mais nos deslocamos das áreas mais ricas em direção às áreas mais pobres da cidade; 2. Jânio tem uma votação relativamente equilibrada tanto nas áreas ricas e médias como nas áreas pobres, embora o seu percentual maior esteja em áreas tradicionalmente “janistas”, como Vila Maria, Cangaíba e Tucuruvi; 3. Suplicy é o único candidato cuja votação aumenta, consistentemente, quanto vamos das áreas ricas para as áreas pobres.

“Assim é preciso considerar, em primeiro lugar, que o voto de protesto da-



Campanha de rua: um dos principais recursos utilizados na campanha do PT.

do a Jânio (embora ele não tenha, apenas, votos de protesto) é o voto dos pobres da cidade que, além de estarem contra os governos Montoro e Covas, é também o voto daqueles que estão à margem da estrutura social e do sistema político. Claro que uma parte do seu eleitorado fez uma opção direitista, anti-comunista, à espera de mais segurança. E o apoio de Delfim e de Maluf, sem esquecer de Setúbal e de Herbert Levy, contou muito para isso. Mas o grosso do voto janista é um voto plebeu, dos “out-siders” da cidade, dos que não aceitam a condução oferecida pelas elites que, em 1982, prometeram mudanças mas, depois, simplesmente as esqueceram.

“Nesse sentido, se ninguém ousaria falar, no caso do voto janista, de um voto progressista, não cabe falar, também, pura e simplesmente, de um voto atrasado. Trata-se, como disse antes, de um voto de protesto que, em certo sentido, reclama a sua canalização. Sobre os votos dados a Fernando Henrique, são os votos dos que querem que tudo continue como está. Não escludo a hipótese de que uma parte do seu eleitorado desejou votar em uma opção à esquerda de Montoro e de Sarney. Mas a maior massa dos seus votos vem, mesmo, daqueles que estão satisfeitos com a marcha da “democratização”: pelo alto e sem riscos de “desbordes” populares. Aliás, foi por isto que a campanha das diretas-já foi desmobilizada.

“Por último, uma palavra sobre os votos do PT. O petista parece-me ser o voto mais consciente. É mais elaborado e, embora provenha, também, de setores antes indecisos — cujo perfil é semelhante ao eleitorado de Jânio — é um voto que exige grande racionalidade. Sendo maior na periferia, eu diria que é um voto mais organizado. Por isso mesmo, é um voto de perfil mais claro e, ao meu ver, antecipa algo da tendência do eleitor paulistano daqui para frente. Aparentemente, o PT tende a assumir o lugar antes reservado pelas massas ao PMDB, isto é um partido dos pobres e de oposição. É um voto que tende, portanto, a disputar as bases que, hoje, são do sr. Quadros e do PMDB.

(1) Ver “A definição social do voto em SP”, R. Prandi, A.F. Pierucci e A.M.T. Mendes; FSP, p. 53, 30/XI/85.



A dobradinha petista: Suplicy/Erundina.

campanha fortaleceu o partido

Terminadas as eleições, o Partido dos Trabalhadores, agora decididamente fortalecido em todo país, recompõe-se, tendo em vista às eleições para os governos estaduais e para a Constituinte no ano que vem.

Em São Paulo, o ponto de partida para isso tem sido a avaliação dos erros e acertos da campanha de Eduardo Suplicy nas eleições municipais de 15 de novembro. Aqui, algumas observações a título de balanço feitas pelo próprio Suplicy.

“Foi uma campanha árdua, exigiu uma dedicação muito grande, tínhamos (ele e Luiza Erundina) uma agenda das 5 horas da manhã até a meia noite. Perdi oito quilos como consequência”, disse Suplicy. Mas, não foi em vão. Nessa jornada, desde a convenção de agosto, “o PT soube agir com dignidade e apresentar suas propostas com clareza, sabendo utilizar o seu tempo nos meios de comunicação”.

Um dos pontos mais positivos da trajetória do PT, segundo Suplicy, foi o Simpósio de Políticas Alternativas para o município, que contou com a participação, em sua elaboração, de centenas de militantes e simpatizantes do partido. “Foi uma iniciativa digna da direção do Partido, além do apoio dos parlamentares, vereadores e suas assessorias”, afirmou.

Segundo Suplicy, os 20% do eleitorado que o PT conquistou “superou inteiramente a perspectiva de crise dentro do partido, tão proclamada pela imprensa”. Pensando assim, acha ainda que o partido deve realizar Simpósios para unir a capital ao interior do estado, em vista das eleições para governo do Estado e para a Constituinte. “O partido deve se organizar mais, ir às ruas e continuar apoiando os movimentos populares, além de defender sempre, o sistema de dois escrutínios, lutar contra o abuso da máquina administrativa e do poder econômico”. Não se esquecendo de permanecer de olhos

bem abertos com relação a prefeitura Jânio Quadros.

(Esta matéria foi montada com base numa entrevista de Suplicy concedida ao Jornal Extra).

PT amplia base em Cubatão

“Conquistamos uma significativa ampliação de nossa base social e política na cidade”. Com 7388 votos, que equivalem a 17% do eleitorado de Cubatão, obtidos em 15 de novembro, Dojival Vieira, nosso candidato a prefeito, assim define o saldo das eleições para o PT.

Para Dojival, o PT em Cubatão hoje constitui uma alternativa real de poder. “Temos um programa de governo que foi amplamente discutido com a população e, a meu ver, sua aplicação foi apenas adiada por três anos” afirma.

Em relação a 82 o PT, nestas eleições, praticamente dobrou o número de votos obtidos o que, segundo Dojival demarca a coerência e a justiça da atuação do partido nesse município, a exemplo de todo o país.

Paulínia e São Sebastião

Nestas cidades, os números não foram muito favoráveis. Em Paulínia nosso candidato somou 813 votos, que equivalem a 5,8% do eleitorado e o 5º lugar num conjunto de 6 candidatos, e em São Sebastião, 411 votos, o que corresponde a 3,7% e 4º lugar num universo de apenas 4 candidatos. Para Adalberto Leal, de Paulínia e Elizabeth Chagas, de São Sebastião — nossos candidatos a prefeito — há, contudo, um saldo positivo: a construção de núcleos do PT por bairros e também novas filiações que começaram a ocorrer durante a campanha eleitoral.

“A contestação é importante para Administração”

Aqui, os principais trechos da entrevista coletiva concedida pela prefeita eleita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, do PT, quando de sua visita a São Paulo, no final do mês de novembro. Demonstrando em todos os momentos a energia que a levou à vitória contra os coronéis da política cearense, Maria Luiza falou de sua campanha e das linhas que vão nortear a administração petista na quinta maior cidade brasileira (perto de 1,5 milhão de habitantes).



Maria Luiza: “Não há porque fazer coligações numa administração popular”.

Como você iniciou sua trajetória política?

R. Fui líder universitária e quando houve o golpe militar era presidenta de um centro acadêmico e fui cassada. A partir da luta da anistia, a questão política assume uma forma maior, e leva a um amadurecimento mais sério da minha parte. Em 1978 fui eleita deputada estadual pelo MDB, e, em 1982, reeleita.

E como se deu o rompimento com o PMDB?

O rompimento se deu no momento da luta pelas diretas, quando o PMDB indo para o colégio eleitoral traiu o compromisso de levar adiante os interesses do povo brasileiro. A minha entrada no PT não se prendeu à questão da candidatura, como muitos teimam em afirmar. Foi um rompimento por opções mais consequentes no sentido de compromisso com o povo.

Como foi direcionada a campanha em Fortaleza?

Colocamos sempre os problemas de Fortaleza ligados diretamente à situação do governo do Estado e à situação da “Nova República” em confronto com a política da Aliança Democrática, desmascarando os candidatos do PMDB e do PFL. A campanha transcorreu em união com o movimento democrático-operário-popular.

O PT não tem vereadores na Câmara Municipal de Fortaleza. Então, dentro do contexto municipal, você vai fazer coligações?

Acredito que o processo administrativo se dará em função da acumulação de forças que conseguimos até agora. E também com a grandeza do projeto, que dificilmente poderá ser contestado, pois atende fundamentalmente ao interesse do povo. Não há porque

fazer coligações: temos que carrear apoio a partir da nossa postura. A liderança do PDT já declarou apoio e alguns vereadores do PMDB já disseram o mesmo.

Como será a formação do seu secretariado com a participação popular?

Essa idéia de participação popular na escolha do secretariado não surgiu apenas em nossos seminários na cidade. Ela foi objeto, por exemplo, de posicionamento por parte dos professores, cuja reivindicação básica em sua luta e durante a greve, era o direito dos professores escolherem, através de um processo democrático, os diretores das unidades de ensino. Então, se nós advogamos isso para os diretores de colégio, cremos que esses mesmos professores devam agora ser consultados sobre a indicação do secretariado de Educação.

Como você encararia uma greve nos setores essenciais da cidade?

A greve não deve ser vista pela visão ou da deputada ou da prefeita, mas como um instrumento de luta do trabalhador. Em qualquer situação deve ser apoiada por quem defende os interesses do trabalhador. Nós queremos na nossa administração, que os funcionários e trabalhadores sejam conscientes. Não queremos que o funcionalismo fique submisso à prefeita pelo fato de ser do mesmo partido ou porque a defendeu na época da eleição. É importante a contestação, até para o avanço da própria administração.

Quais os setores sociais que determinaram a sua eleição?

É difícil dizer especificamente, porque os trabalhadores, de maneira geral, tiveram um peso muito grande, as mulheres, os jovens, a Igreja, o movimento popular de periferia e também os intelectuais e artistas.

A grande imprensa divulgou que você tinha recebido apoio de empresários. É verdade?

Os empresários não apareceram

enquanto categoria. Foi uma ou outra pessoa que se empolgou com a campanha, ou que tinha interesse em derrotar o governador Gonzaga Mota, e via que, através da nossa candidatura, essa possibilidade seria possível. E realmente prestou alguma ajuda, que não foi coisa fundamental.

A sua eleição foi uma derrota para a “Nova República”?

Sem dúvida, uma derrota não só da “Nova República”, da Aliança Democrática e daqueles que tentam se passar como oposição.

Quais as primeiras medidas que você pensa implementar em Fortaleza?

A primeira delas é colocar a nu a atual condição da Prefeitura de Fortaleza a fim de que todos possam acompanhar como se dará o processo de transformação na administração e também como vamos impedir que a corrupção aconteça. Vamos abrir processos e não vamos deixar que a impunidade aconteça. E quem cometeu crime contra o povo responderá por isso.

Conselhos populares representam o quê na administração do PT?

O PT vai governar por Conselhos Populares desde a periferia, através das Associações de Bairro e dos Conselhos de Bairros. E qualquer forma de organização ao nível mais simples da comunidade, passando pelas subprefeituras e pelos conselhos de cada setor, por exemplo, Conselho de Educação, de Transporte, etc. Tudo isso indo ao aspecto maior, ou seja, o grande Conselho Popular Permanente de Defesa dos Interesses de Fortaleza, que terá interferência política ao nível da gestão municipal no seu conjunto.

Qual o comportamento que o PT deve ter a partir do resultado dessas eleições?

Eu acho que é avançar no sentido de implementar cada vez mais não só o processo de organização do PT, mas sabendo que o partido só cresce na medida de sua inserção no movimento democrático-operário-popular.

Depois das eleições, ampliar oposição à Aliança

Apesar de toda a celeuma na imprensa, para nós do PT é fora de dúvida que as eleições de 15 de novembro provocaram resultados extremamente importantes: (a) para o fortalecimento da nossa estrutura nacional, tornando-nos, a partir de agora, o 2º partido nacional em muitas capitais de Estado, segundo a preferência dos eleitores; (b) para credenciar-nos como uma real alternativa de governo em muitos dos maiores centros urbanos do país e (c) para rompermos definitivamente o isolamento que a Aliança Democrática tentou nos impor a partir da nossa posição crítica em relação à transição conservadora.

Quanto ao conjunto do País, assinale outros dois resultados também importantes: 1 — os resultados das eleições tornaram clara a existência de uma base social sólida de oposição à Aliança Democrática, ao debilitar a hegemonia nacional do PMDB e ao derrotar inúmeros governadores de Estado do PDS, do PFL e do próprio PMDB; 2 — os resultados também mostraram que começa a se consolidar,

no país, um novo sistema partidário, do qual o PT (junto com o PDT) faz parte, evitando, assim, o predomínio do PMDB e as ameaças desse partido se fortalecer a ponto de se converter em partido único. É claro que, para a luta pela democracia e pelos direitos dos trabalhadores, tudo isso é muito importante.

No entanto, tão importante quanto avaliar os resultados das eleições é começar a tirar as conclusões que eles indicam para a luta política que vamos travar daqui para frente. Nesse sentido, sem a pretensão de esgotar a questão aqui, por causa da limitação de espaço, gostaria de sugerir alguns eixos que, ao meu ver, devem ser sustentados pelo PT.

1. **Dois turnos: creio que deve ser nossa a iniciativa de uma Emenda Constitucional que proponha, claramente, o princípio dos dois turnos para as eleições de governadores de Estado.**

2. **Coligação e alianças: quanto as propostas do PMDB para conversarmos, penso que nossa linha de conduta deveria ser esta: (a) o PT tem um proje-**

to próprio e não tem nenhuma razão para se coligar, nessa altura do processo, com qualquer partido, mesmo porque nós temos todas as condições de apresentar candidato próprio; (b) no entanto, aceitamos nos aliar com os setores combativos do PMDB e de outros partidos, não para fins eleitorais, mas para lutar por uma Assembléia Nacional Constituinte efetivamente livre e soberana, pela Reforma Agrária, pela trimestralidade, pela jornada de 40 horas e pela revogação da Lei de Segurança Nacional, da lei de greve e da lei de imprensa. Se o PMDB aceita essas bandeiras, a aliança depende deles.

3. **Constituinte Congressional: aprovada a proposta do governo para a Constituinte, não nos cabe abandonar essa luta, como se a derrota em uma batalha definisse todo o processo. A Constituinte Congressional não é, do ponto de vista da participação popular, a melhor alternativa, mas de qualquer forma ela vai colocar em questão toda a estrutura social, econômica e política do país, discutindo uma nova forma de**

governo, um novo quadro para a relação entre as classes.

Como? Através das seguintes bandeiras:

(a) Lutar pela antecipação da data das eleições para a Constituinte Congressional, separando-as das eleições para governadores de Estado.

(b) Lutar pela completa revogação da legislação autoritária (LSN, lei de greve, lei de imprensa, etc), como pré-condição à convocação da Constituinte, sem o que, estará comprometida a sua soberania.

(c) Lutar pela completa modificação eleitoral que, como sabemos, torna anti-democrática e desigual a representação proporcional dos Estados no Congresso.

Essas são as tarefas que, ao meu ver, se abrem daqui para a frente e com as quais teremos de articular a retomada da campanha das diretas, a luta contra a ilegitimidade do governo Sarney e a consolidação da oposição popular e democrática aos governos do PMDB e do PFL.

José Álvaro Moisés

Marilena não quer ser candidata

A professora Marilena Chauí foi apontada por vários companheiros como candidata do PT ao governo do Estado de São Paulo. Até mesmo um abaixo-assinado circulou pelos núcleos e diretórios do partido no começo do mês de dezembro, recolhendo em poucos dias dezenas de apoios ao seu nome. Marilena, no entanto, decidiu não aceitar a indicação e, no dia 6 de dezembro, comunicou sua posição à Comissão Executiva Estadual. Os motivos de sua desistência foram expostos numa carta de quatro páginas, cujos principais trechos transcrevemos a seguir.

“Senti-me honrada e comovida ao saber que alguns membros do PT haviam sugerido meu nome para a pré-convenção do partido, na qualidade de candidata à candidatura ao governo do Estado de São Paulo. Essa confiança deixou-me consciente de várias responsabilidades políticas que não podem ser esquecidas e em nome das quais não posso aceitar a honrosa sugestão”.

“1) O crescimento político e a expressividade alcançados nacionalmente pelo PT exigem que o/a candidato/a ao governo do Estado possua experiên-

cia ou dos movimentos sindicais, ou dos movimentos sociais e populares, ou da prática da representação parlamentar. Para poder representar o PT, no Executivo, precisa ter experiência direta das práticas sócio-políticas de que o PT participa. Não é, ainda, o meu caso”.

“2) A campanha eleitoral e o posterior governo do Estado exigem do/a candidato/a conhecimento da vida da população do interior do Estado de São Paulo. Não se trata de conhecimentos geográficos (onde fica esta ou aquela cidade, por onde passa este ou aquele rio), nem de conhecimentos técnicos-administrativos (por onde deve passar esta ou aquela adutora, esta ou aquela estrada, quem é o prefeito desta ou daquela cidade), pois tais conhecimentos podem ser adquiridos com alguns estudos e com o auxílio de equipes de trabalho. Trata-se do conhecimento dos problemas econômicos, sociais, políticos e culturais vividos pela população interiorana: suas relações com a capital, suas reivindicações no plano do trabalho, da educação, da saúde, da moradia, da cultura; suas lutas no plano da terra, da agro-indústria e das in-

dústrias alocadas no interior; as relações de poder, os conflitos sociais e econômicos, as formas de exploração; suas propostas alternativas para a solução dos problemas desde o desemprego até a preservação ecológica, desde o problema da violência urbana e rural até o combate à poluição, suas expectativas políticas, formas de auto-organização e história de suas lutas. São conhecimentos que apenas o contacto direto e longo com a população podem trazer ao/a candidato/a. Não possuo tais conhecimentos, ainda.”

“3) Ora, o PT possui um conjunto extraordinário de filiados que possuem aquelas experiências e aqueles conhecimentos que mencionei, pois são pessoas cujo pensamento e cuja prática se desenvolvem na participação ativa em movimentos sindicais, sociais e populares do campo e da cidade, e em práticas políticas de representação institucional. Creio, pois, que são essas pessoas que devem ter seus nomes indicados para a pré-convenção do partido, a fim de que avaliemos e escolhamos aquela que nos parecer melhor representar a política do PT perante a sociedade e para o governo estadual.”

“Não é apenas por razões conjunturais que faço tais ponderações. Isto é, não são os resultados eleitorais de novembro de 85 que me fazem avaliar desta maneira a candidatura petista. São razões políticas de fundo.”

(...) (...) (...)

“Quero desde já deixar aos companheiros e às companheiras meu compromisso de participar de corpo e alma na campanha eleitoral, realizando todas as atividades que o PT julgar necessárias e ao meu alcance. Não medirei esforços para contribuir para a vitória do PT nas próximas eleições. A participação mais intensa nas batalhas da campanha poderá ser meu banho de fôgo no necessário aprendizado para o futuro, se, um dia, o PT voltar a pensar em meu nome para alguma candidatura. Hoje, meu despreparo é grande e poderia comprometer o bom desempenho do PT nas próximas eleições.”

“A todos os que pensaram em meu nome, minha gratidão. Vamos pra luta! Para ganhar e mudar mesmo!”

“Por uma oposição que se oponha: viva o PT!”

(Obs: O abaixo-assinado em favor de Marilena Chauí foi retirado de circulação ao seu pedido)

Polêmica

“Crescer com identidade política”

Nestas poucas linhas, trataremos apenas das questões mais polêmicas. Partimos de que, em S. Paulo, o PT cresceu eleitoralmente, o que significa um saldo positivo. Mas, este crescimento está dentro do quadro mais amplo de fortalecimento geral do partido nacionalmente, com os mais diversos tipos de campanhas. Parcela do eleitorado passou para a oposição, frustrada com as administrações estaduais e com o governo Sarney e se voltou para o PT, pelo que acumulamos desde antes como referencial opositor. Se considerarmos que em São Paulo já tínhamos um acúmulo muito maior, o resultado aqui pode ser considerado modesto em comparação com os de Fortaleza, Goiânia, Vitória, Manaus, Aracaju, Belém e Porto Alegre.

A primeira limitação política se colocou quando o Encontro da Capital avaliou que a disputa eleitoral se daria fundamentalmente em torno dos programas municipais de governo. Na campanha, as candidaturas Jânio e Fernando Henrique fixavam a sua imagem a partir de posições políticas e ideológicas de caráter geral, colocando em segundo plano as propostas municipais. Diante disto, o PT achava-se desarmado politicamente para entrar nos termos em que estava posta a polarização Jânio x F. Henrique e quebrá-la.

A segunda limitação diz respeito à atitude em relação ao janismo. No Diretório Estadual, apresentamos a seguinte proposta de alteração da linha da campanha: “Devemos concentrar o ataque nas duas candidaturas — Jânio e F. Henrique — e radicalizar contra o janismo. O PT deve se credenciar como o maior inimigo de Jânio perante aqueles que pensam em votar no PMDB contra o perigo janista, e, vice-versa, como o mais conseqüente adversário de F. Henrique para aqueles que se inclinam a votar em Jânio contra Montoro.” Ela foi rejeitada. Jânio recebeu apenas críticas ocasionais, superficiais e com pouca ênfase, salvo nas intervenções do Lula, aliás, poucas. Com isto, deixou de ser criada uma consciência antijanismo, que representa a ultra-direita e tende a se voltar contra os movimentos e o PT. Apenas nosso partido dispunha de autoridade política e moral para desmascarar Jânio junto ao eleitorado popular incompa-



tabilizado com Montoro e o PMDB. Ao não fazê-lo, permitiu que o janismo criasse uma base de apoio especulando com o sentimento opositor de muitos trabalhadores.

Não concordamos quando, agora, a Executiva Estadual escreve que “O DR e o CDE sempre entenderam que era necessário centrar nossa crítica igualmente nos dois candidatos”. Na verdade, não entenderam.

O argumento de que a luta contra o janismo poderia engrossar o “voto útil” é impropriedade. Pelo contrário, se nos apresentássemos como os únicos adversários coerentes e conseqüentes de Jânio Quadros, estariamos, isto sim, neutralizando o “voto útil”.

Ao fazer uma propaganda eleitoral na TV centrada nos valores de classe média, a campanha passou a descaracterizar a vertente proletária e a tradição combativa do partido. Se destacamos a criatividade e afirmamos que a forma de propaganda angariou simpatias para o PT, é verdade também que o partido perdeu identidade, deixando de capitalizar toda radicalidade e o sentimento opositor.

É necessário ampliar junto à classe média. Porém, em torno e a partir de uma sólida base operário-popular, combativa, mobilizada e organizada.

A campanha não se colocou com firmeza em relação aos problemas políticos gerais do país, como o da Constituinte. Uma postura politizada iria ao encontro de um sentimento opositor que brotava. Não se trata de que tenha inexistido política, mas de que a política se limitou a pitadas, como um tempero, ao invés de ser o alimento em si da campanha.

Ivan Valente
Maurício Faria João Machado

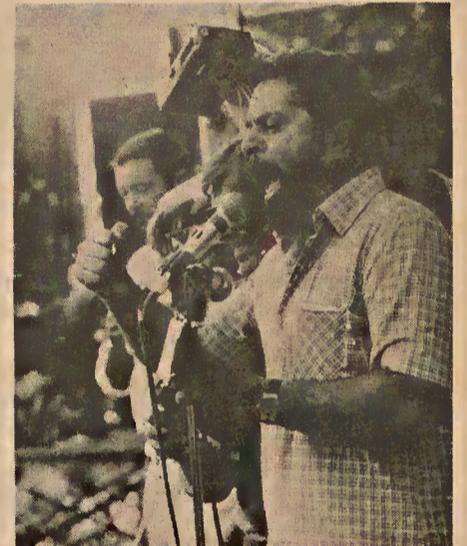
Polêmica

“São Paulo não é Fortaleza”

No artigo “Crescer com identidade política”, publicada nesta página, os companheiros Ivan, Maurício e João Machado apenas recolocam argumentos apresentados na reunião do Diretório Estadual do PT do dia 30 de novembro, que avaliou preliminarmente a participação do partido nas eleições para prefeito de São Paulo. Um balanço mais detalhado deverá ser elaborado pelo Diretório Estadual. De qualquer modo, como as posições defendidas pelos companheiros representam o ponto de vista de apenas uma minoria de integrantes do Diretório, tomo a liberdade de procurar questioná-las em caráter pessoal.

1. O primeiro erro cometido pelos companheiros é considerar “modesto” o resultado eleitoral em São Paulo. Tal ponto de vista é próprio das pessoas que desconsideram a composição classista na análise de um processo eleitoral. E que, além disso, ignoram o poderio diferenciado das máquinas eleitorais e econômicas que foram acionadas nas eleições de 15 de novembro. São Paulo não é Fortaleza, nem Goiânia e muito menos Aracaju. Aqui, concentram-se a parcela mais poderosa e mais numerosa, tanto da burguesia como dos segmentos conservadores da classe média brasileira. Embora nosso “acúmulo político” seja maior em São Paulo, é importante lembrar que é aqui que encontramos o PMDB mais forte e mais bem estruturado de todo o país. De certa maneira, podemos dizer a mesma coisa do PTB e de seu candidato, Jânio Quadros, detentor de uma base social histórica na cidade.

2. Outro erro dos companheiros é considerar que, caso tivéssemos feito uma campanha de caráter político e ideológico, deixando em segundo plano as propostas em nível municipal, seríamos melhor sucedidos. Isso não é absolutamente verdade. O Encontro da Capital acertou inteiramente ao colocar como foco da campanha as propostas para a cidade. E acertou, principalmente porque não entendeu que as propostas políticas para a cidade estivessem desvinculadas das questões políticas de ordem mais geral — um equívoco, aliás, que os companheiros cometem.



3. Quanto ao argumento de que deveríamos “radicalizar contra o Janismo”, o mais importante a dizer é que ele revela uma coincidência muito grande com o pensamento do PMDB. Quem é que ficava falando pela TV que o grande perigo para São Paulo era Jânio? Todos sabemos: este foi o mote central dos discursos de Fernando Henrique. Não que Jânio não seja perigoso. O problema é que, nas eleições de 15 de novembro, nós nos apresentamos como uma alternativa ao governo municipal do PMDB — ele é que era o poder real na cidade e no Estado, e não Jânio Quadros. Optamos pela crítica tanto a Fernando Henrique como a Jânio, pois, se priorizássemos este último, além de darmos uma tônica exageradamente ideológica à nossa campanha, entraríamos seguramente pela tubulação do voto útil.

4. Os companheiros também dizem que nossa propaganda de TV foi centrada nos valores da classe média e que isso descaracterizou o partido nas eleições. Além do conservadorismo profundo que os companheiros manifestam com esta posição, em matéria de linguagem de TV, nossa campanha em nenhum momento tratou com simpatia os valores reacionários da classe média. E o resultado nas urnas mostrou bem isso: ela foi aceita principalmente pelo povo que mora na periferia da cidade, tanto que foi lá que o PT obteve as suas melhores votações.

José Américo Dias.

Força petista em três capitais

O PT registrou bons resultados em praticamente todas as eleições de que participou no dia 15 de novembro. Além de Fortaleza, o partido poderia ter ganhado mais uma prefeitura — a de Goiânia —, e isso só não aconteceu devido à fraude. Nesta página, ouvimos os candidatos com melhores desempenhos no Brasil, além de Maria Luiza e Suplicy: o próprio Darci Acorsi, de Goiânia, Vitor Buaz, de Vitória, e Marcelo Deda, de Aracaju.

Goiânia

Das capitais de Estado, neste 15 de novembro último, a que teve a maior polarização e discussão em torno do resultado das eleições foi Goiânia, seguramente. Lá, o PT foi roubado, como exige que se escreva o português mais simples e objetivo.

Darci Accorsi, o candidato a prefeito, em entrevista ao **PT São Paulo**, informa terem sido levantadas nada menos que 39 provas de fraude, tais como: pressão pessoal do governador Iris Resende sobre juizes eleitorais e demais funcionários da Justiça Eleitoral em favor do candidato de seu partido, títulos em duplicata, pessoas votando mais de um vez, urnas violadas, falsificação de assinaturas, e por aí a fora.

Como que para comprovar tão vergonhosa fraude de maneira inequívoca, na própria sexta-feira — 15 de novembro — Iris Resende declarou a uma emissora de televisão que o PMDB ganharia essa eleição a qualquer custo. E o custo, como vimos, foi a roubalheira geral. Quem não se lembra de Ulisses Guimarães, há cerca de um ano, denunciando a existência de fraude nas eleições realizadas no norte e nordeste do país? Pois é, Goiânia, através do partido do Ulisses, acaba de comprovar que ela realmente existe.

O escândalo, ou, melhor, o roubo, ocorrido na capital goiana foi reconhecido inclusive por proeminentes figuras do PMDB, como o ministro Fernando Lira, que fez a seguinte declaração ao *Jornal Correio Brasiliense* no último dia 6: "... o PMDB sofreu derrotas inquestionáveis, entre elas a de Goiás, onde quem ganhou de fato foi o PT."

Declarações desse tipo e mais a reação da população de Goiânia após os "resultados" finais — cerca de 10 mil pessoas saíram às ruas para protestar — atestam o PT como vitorioso de fato nessa eleições.

A vitória real

Com quase 100 mil votos obtidos nas eleições, o que significa 40,2% do eleitorado goiano e o "2º lugar" nosso candidato afirma que, "desde o início de nossa campanha colocamos nossas propostas e o nosso espaço de propaganda vinculados ao dia-a-dia da população e suas lutas". Na televisão, o PT mostrava uma barbearia onde o barbeiro Juquinha recebia seus fregueses, e, entre um bate-papo e outro, ia colocando as propostas do partido, os problemas da cidade, além das críticas ao PMDB e à "Nova República". Este

foi o "mote" da propaganda de TV realizada pelo PT em Goiânia, considerada por todos como de maior criatividade e de penetração junto ao público.

Segundo Darci, o PT se manteve durante toda a campanha ao lado dos movimentos sociais. Com efeito, foram as greves ocorridas na cidade — de gráficos, comerciários e bancários, entre outras — as responsáveis por marcar as diferenças do PT com o PMDB, além de reafirmarem a penetração e a vocação popular de nosso partido.

"O crescimento do PT, durante a campanha e depois do dia 15, nos dá total condição de tornarmos a principal força política no Estado. Isso porque, na capital, ninguém mais tem dúvidas de que estamos na frente", afirma Darci. Para 86, "não há a menor dúvida: lançaremos candidatos próprios em todos os níveis" conclui. A ampliação do partido no Estado, segundo ele, vem se concretizando através da formação de cada vez mais diretórios municipais, criação de novos núcleos e pelo grande número de filiações que chegam todos os dias.

Vitória

Abaixo os principais trechos da entrevista de Vitor Buaz, o segundo colocado em Vitória com 26,3% dos votos.

"Setores de outros partidos participaram da campanha do PT. E o fizeram porque acreditaram que somente nós poderíamos colocar em prática um governo democrático e popular, abrindo as portas da Prefeitura à participação de todos os segmentos sociais e políticos comprometidos com a verdadeira mudança.

"Os pequenos empresários, comerciantes que contribuíram financeiramente para a confecção de nossa propaganda também acreditavam que se hoje eles são oprimidos pelos grandes empresários e pelo próprio Governo, viam em nós um forte aliado no incentivo às atividades microempresariais e, conseqüentemente, a criação de novos empregos.

"Na medida em que o PT conseguiu conquistar significativa parcela do eleitorado capixaba, mesmo lutando contra a influência do poder econômico e a pressão da máquina administrativa, passamos a ser uma força política importante, podendo mesmo atuar como o fiel da balança nas eleições para o governo do Estado em 1986.

"Com a verdadeira vitória alcançada nas eleições municipais, vamos con-



tinuar construindo nosso partido, de baixo para cima, consolidando-o em suas bases e, principalmente, fortalecendo-o e ampliando-o nos municípios do Interior. Não permitiremos que os oportunistas queiram capitalizar os frutos desta vitória. Faremos alianças sim, com todos aqueles que, como nós, querem fazer avançar as forças populares rumo ao socialismo e aceitaremos no Partido os que querem construir um PT de massas e que não seja um albergue de grupos políticos com interesses próprios.

"A mudança da imagem do Partido, sem alteração programática, foi conseguida graças à estratégia traçada pela executiva estadual (...) passando por cima da imagem desgastada do PMDB, através da televisão, com assimilação fácil por todos, principalmente da classe média".

Aracaju

Aracaju, a capital sergipana foi mais um local onde, com criatividade e muita firmeza na proposta política, alcançamos o 2º lugar, somando 19.898 votos, ou seja 15,4% da preferência do eleitorado.

Marcelo Deda, de apenas 25 anos, nosso candidato a prefeito em Aracaju, relatou ao **PT São Paulo** a rica experiência adquirida nas eleições, abordando também as perspectivas favoráveis para a consolidação do partido em Sergipe.

"Com nosso programa de TV muito bem elaborado, reconhecido até pelos adversários como algo muito inovador, e com nossa atuação junto aos movimentos, vinculando a campanha eleito-

ral às lutas sociais, o PT só poderia chegar onde chegou", afirma Marcelo. Segundo o candidato petista, outro fator que também contribuiu muito para esse resultado foi a evolução dos movimentos sociais em Aracaju com a presença marcante e constante dos petistas. "Na verdade, nossa votação expressa um patamar bem acima da qualidade organizativa do partido naquele momento", declarou Marcelo. "Isso revela — ele completa — a grande identificação das propostas apresentadas pelo PT em campanha com os interesses do povo de Aracaju."

Com o segundo lugar em Aracaju, o PT, segundo Marcelo Deda, conseguiu uma grande penetração junto a quase todos os segmentos da sociedade, e, mais, consolidou-se como uma grande força política no Estado. Com destaque especial para a participação dos jovens na campanha petista. "Mobilizamos em 15 de novembro mais de 600 companheiros, muitos com menos de 18 anos, que foram para as bocas de urnas, fiscalização e outras atividades da campanha", afirmou. Para Marcelo, a efetiva participação dos jovens na campanha eleitoral do PT é marcada também pela identificação das propostas do partido com este setor e, ainda, pelo desejo de participação deste segmento que sempre esteve marginalizado e discriminado do processo político.

O PT de Sergipe, segundo Marcelo, já está colhendo os frutos dos resultados eleitorais e da campanha, registrando um grande número de filiações espontâneas e abertura de novos núcleos, além da construção de diretórios em cidades do interior. "Temos hoje apenas 20 diretórios constituídos no Estado, mas até julho do próximo ano alcançaremos mais de 40", conclui o ex-candidato petista.

Sem Terras acampam à porta da Assembléia Legislativa

Lavradores de todas as regiões do Estado de São Paulo armaram acampamento em frente à Assembléia Legislativa, no Parque do Ibirapuera, no dia 28 de novembro, numa tentativa de acelerar as negociações com o governo do Estado sobre suas reivindicações.

Em mais oito estados do Centro-Sul do país foram realizadas manifestações desse tipo, onde foram encaminhados documentos específicos sobre a situação fundiária dos Estados e um documento geral endereçado ao MIRAD — Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento.

Em São Paulo o protesto reuniu 68 lavradores representando cerca de 2.189 famílias das localidades de Santa Rita, Ribeirão Bonito e Planalto do Sul (Pontal do Paranapanema); Andradi- na, Botucatu, Sumaré, Promissão, Jupia e Três Irmãos. Deste total, 1.800 estão acampadas precariamente à beira de estradas após terem sido despejadas de terras aciosas por elas ocupadas. O restante está assentada, também precariamente, em projetos emergenciais, aguardando desapropriações de áreas definitivas.

O acampamento durou apenas 16 horas em função da forte pressão de-



sencadeada pela Secretaria da Agricultura. Durante o decorrer do dia, o Secretário da Agricultura, Nelson Nicolau, e assessor Miguel Kosma, da mes-

ma pasta, em negociações com comissões do "Sem Terra" aceitaram marcar audiência com o governador Montoro em troca da retirada do acampa-

mento. O cansaço, a fome e a ameaça da Polícia Militar despejá-los durante a madrugada fez com que os representantes dos "Sem Terra" retirassem as barracas.

O governador Franco Montoro, recebeu a comissão por 10 minutos e, esquivando-se de compromissos concretos, remeteu todas as questões colocadas a ele âmbito federal.

A reivindicação dos lavradores consiste, entre outros itens, em que 100 mil hectares de terras ociosas localizadas no Estado sejam desapropriadas, a título emergencial. Os representantes dos "Sem Terra" deixaram claro que não têm condições de esperar a execução dos Planos Regionais do I Plano Nacional de Reforma Agrária para verem seus problemas resolvidos, mesmo porque consideram que este sofreu amplo retrocesso em relação à sua versão original. Assim, estipularam um plano próprio que prevê a realização de uma Reforma Agrária que os beneficie na prática, através da ocupação de áreas ociosas, e o assentamento de 11.400 famílias no Estado de São Paulo, já para o ano agrícola de 1986.

Greve dos médicos recebe apoio da CUT e da Conclat

Há 35 dias parados, os médicos servidores públicos, estaduais e municipais ainda não vislumbram uma solução para sua greve.

Com a implantação da AIS (Ações Integradas de Saúde) os médicos do Estado e das Prefeituras passaram a atender a mesma população, prestar o mesmo tipo de serviço e submetem-se às mesmas normas que os médicos do Inamps. Mas, contrariando o princípio de salário igual para trabalho igual, não recebem os mesmos vencimentos. Hoje os médicos do Estado ganham Cr\$ 1.800.000, os da Prefeitura de São Paulo ganham Cr\$ 2.100.000, enquanto que os do Inamps ganham Cr\$ 4.200.000. E a equiparação salarial é a reivindicação dos grevistas.

O governo reconhece de público a justiça da reivindicação, mas, até agora, não fez nenhuma proposta concreta ao movimento. A única resposta foi a criação de uma comissão, de nível nacional, para reestruturar toda a área de saúde, dando prioridade à política de recursos humanos. Porém, essa comissão não tem caráter deliberativo, e sim indicativo, e os governos, estadual e municipal, não querem assumir sequer o compromisso de acatar as soluções propostas por essa comissão. Como pode-se notar, tentam vender fumaça aos médicos.

O principal argumento usado pelo governo para negar a equiparação é a falta de verbas. Mas estranhamente na mensagem do aumento do funcionalismo, enviada pelo governador à Assembléia Legislativa, a maior referência (cerca de 20.000.000 por mês) vai ganhar 110% do INPC, enquanto que os salários menores ficam com 100% do INPC. De fato, uma grande demonstração de como fazer "justiça social".

Em função das dificuldades de se chegar a um acordo razoável entre as partes e, principalmente, por achar um absurdo o descaso das autoridades com a saúde da população e com a inequívoca justiça da reivindicação, diversos sindicalistas, ligados à CUT e à Conclat, vieram ao Simesp, dia 3 de dezembro, trazer seu apoio ao movimento. Desta reunião de sindicalistas, saiu uma nota à imprensa que reproduzimos na íntegra.

"Nós, dirigentes sindicais, representantes de parcelas da população e em nome do interesse coletivo, vimos manifestar de público nosso apoio às reivindicações é a greve dos médicos.

Defendemos o princípio de salário igual para trabalho igual e o serviço público de boa qualidade.

Acreditamos que os Governos Estadual e Municipal têm condições financeiras e a obrigação de atender essas reivindicações. O médico como trabalhador e pela sua função social, não pode receber a irrisória quantia de Cr\$ 1.800.000 por mês.

Esperamos que as autoridades cumpram com seu dever e façam justiça equiparando os salários dos médicos estaduais e municipais com os salários dos médicos do Inamps, cujo salário atual é Cr\$ 4.200.000".

Assinam a nota: Jorge Luiz Coelho (Presidente da CUT/SP), Luiz Antonio Medeiros (Coordenação Nacional da Conclat), Luiz Gushiken (Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo), Domingos Galante (Presidente do Sindicato dos Químicos de São Paulo), Eptácio Luiz Epaminondas (vice-presidente do Sindicato dos Químicos de São Bernardo) e Paulo Okamoto (Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema).

Na última assembleia da categoria, dia 3 de dezembro, os médicos decidiram manter a greve até o governo assumir algo de concreto com relação à reivindicação.

Com as mãos sujas de sangue

O general Octávio de Aguiar Medeiros, ex-poderoso chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações) durante o governo Figueiredo, e que ainda pontifica, na dita Nova República, como comandante militar da Amazônia, exerceu — anteriormente — outras destacadas tarefas para a ditadura militar instalada no País, a partir de 1964. Logo após a edição do AI-5, em 1969, o então desconhecido coronel Medeiros iniciaria em Belo-Horizonte a sua meteórica carreira de carrasco do regime, que logo iria alçar o topo do poder. Medeiros começou, em janeiro de 1969, como presidente de um IPM (Inquérito Policial Militar) contra a "subversão em Minas Gerais", e particularmente contra os militantes da COLINA (Comando de Libertação Nacional) — um grupo que, como vários outros da época, ousou combater a ditadura que havia se tornado ainda mais radical a partir do AI-5.

O coronel, por certo, aspirava subir a general. E, para tanto, nada mais prático do que adotar a "linha dura", incentivando e endossando todos os métodos, especialmente os mais ferozes, para a aniquilação dos inimigos do governo e do regime. Nessa escalada, Medeiros arregimentou uma equipe de torturadores e deu-lhes completo "sinal verde" para tentar "quebrar" os "subversivos" muitos destes, como João Lucas Alves, seriam mortos sob tortura — e seus nomes apagados dos IPM. Muitos outros, porém, sobreviveram ao massacre do pau-de-arara, do choque-elétrico, do afogamento e de outros golpes mortais, e tempos depois, descreveram este quadro negro perante a Justiça Militar.

Tais atrocidades reapareceram na imprensa na última semana de novembro, com a divulgação, de forma mais detalhada, de outro capítulo do livro



General Medeiros

Brasil: Nunca Mais, organizado pela Arquidiocese de São Paulo. O nome de Medeiros ali reaparece, não como um caso isolado, mas como parte de um listão de 444 torturadores que se destacaram, entre 1964 e 1979 no Brasil.

A denúncia de Brasil: Nunca Mais baseia-se totalmente em documentos da própria Justiça Militar, incluídos 695 processos que chegaram aos arquivos do Superior Tribunal Militar (STM). Vale dizer: as autoridades do regime, oficialmente, tomaram pleno conhecimento do terror e da tortura contra os prisioneiros políticos. E, evidentemente, aprovaram a incentivaram tais esquemas — tanto assim que promoveram, por mérito, os executores e mandantes destes crimes, a exemplo de Medeiros (este, aliás, foi bastante cotado para suceder Figueiredo na Presidência da República).

Os fatos, enfim, estão bastante revelados. Os fatos e centenas de nomes, ainda que não todos. Hoje o que se espera, portanto, é que os criminosos sejam — no mínimo — julgados, a fim de que a tortura se torne, efetivamente, uma coisa do passado. Não apenas na área política, mas também entre os prisioneiros comuns que ainda prosseguem como alvo preferido do terror policial. (Jorge Batista).



BOLETIM NACIONAL

ESPECIAL
DÍVIDA EXTERNA

ÓRGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

1.000.000.000.000.000.000 é a dívida externa brasileira. ATÉ QUANDO VAMOS TOLERAR ESTE ROUBO?

1 A dívida externa brasileira é a maior do mundo — 1 QUATRI-LHÃO DE CRUZEIROS: 104 bilhões de dólares. É a mesma coisa que uma frota de 34 milhões de automóveis Volkswagen ou 20 bilhões de casas populares. Este é o maior roubo que o Brasil já sofreu em toda a sua história.

ESTE NÚMERO
AUMENTA 10% A CADA
MÊS!

2 Cada criança brasileira nasce devendo 900 dólares ou 27 salários mínimos. Existem no país 12 milhões de crianças, com até sete anos de idade, desnutridas. Pagar esta dívida significa comprometer o futuro do país e dos nossos filhos e agravar a situação dos milhões de menores abandonados e crianças carentes.

3 Pagamos por esta dívida 11,4 bilhões de dólares, ou seja, 114 trilhões de cruzeiros só no ano passado. Este dinheiro poderia ter garantido um salário-desemprego igual a 1 salário mínimo mensal, durante um ano, para todos os 13 milhões de desempregados que existem no Brasil. Só o que pagamos de juros por ano igual a 30 vezes os gastos do governo com a saúde.



4 Durante toda a história de nosso país uma parte importante de nossas riquezas naturais e de tudo que produzimos foi levada para os países ricos e poderosos. Os bancos e em-

presas multinacionais sempre exploraram os trabalhadores e o nosso país. Como é possível, depois de toda esta longa história de exploração, dizer que o Brasil é quem deve?

5 O governo paga religiosamente os juros da dívida, enquanto aumenta, a cada dia, a fome, o desemprego, o arrocho salarial e a mortalidade infantil. O Brasil é o 4º país que mais produz e exporta alimentos e o 6º país em fome e desnutrição. Existem no Brasil, segundo a própria ONU, além de 12 milhões de crianças desnutridas, 13 milhões de adultos que comem apenas 1.650 calorias por dia, o mínimo que um indivíduo precisa para sobreviver, desde que não faça qualquer tipo de esforço físico. O governo da "Nova República" diz que não vai pagar a dívida com a miséria do povo.

6 Pagar a dívida é arrochar os salários. Pagar a dívida é aumentar impostos. Pagar a dívida é manter a crise econômica e o desemprego. Pagar a dívida é entregar o produto do nosso trabalho e riquezas nacionais. Pagar a dívida é impedir investimentos e modernização tecnológica. Pagar a dívida é comprometer o futuro do país.

7 Não podemos, não vamos mais aceitar tantos sacrifícios e tanta exploração. Lutar contra o pagamento da dívida externa é lutar pelo nosso futuro, dos nossos filhos e do nosso país.

DÍVIDA EXTERNA: UM CRIME CONTRA A HUMANIDADE

1

A dívida externa brasileira foi totalmente feita à margem da Constituição, da própria constituição ditatorial que os militares impuseram à força no país.

Essa mesma constituição diz que qualquer compromisso internacional deve ser aprovado pelo Congresso Nacional. O Congresso nunca foi consultado, a dívida foi contraída pelas costas do povo e de forma inconstitucional.

A DÍVIDA É TOTALMENTE ILEGAL E OS GRANDES RESPONSÁVEIS SÃO OS GOVERNOS MILITARES E OS BANQUEIROS INTERNACIONAIS

A DITADURA MILITAR E A DÍVIDA EXTERNA

NO início dos anos 70, os grandes bancos internacionais aumentaram a pressão sobre os países do 3º mundo para tomarem empréstimos. Naquele momento eles não tinham como aplicar um grande volume de recursos, gerados pela elevação dos preços do petróleo. A dívida foi estimulada pelos

próprios bancos internacionais.

No Brasil, a dívida começou a crescer de forma acelerada, a partir do governo do ditador Geisel, em 1974, com o início de grandes obras públicas. Estas obras, envolvidas em negociações, corrupção e segredos, foram mal planejadas e mal executadas e sem utilidade clara como o caso das usinas nucleares de Angra I e II, que consumiram mais de 10 bilhões de dólares e não produziram até o momento, qualquer energia para o país. Outras como a Ferrovia do Aço e a Acesita consumiram bilhões de dólares e não foram concluídas ou estão paralisadas. Porém, todas foram feitas no interesse de grandes capitalistas nacionais e estrangeiros que acumularam verdadeiras fortunas, enquanto o país se endividava e a população empobrecia.

Além disso, casos como o de Abi-Ackel e Mário Garnero, que começam a aparecer todos os dias nos jornais, são

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA 1960 — 1984 Em bilhões de dólares

ANO	DÍVIDA EXTERNA	RESERVAS
1960	3,1	0,3
1961	3,1	0,5
1962	3,2	0,3
1963	3,2	0,2
1964	3,1	0,2
1965	3,5	0,5
1966	3,7	0,4
1967	3,4	0,2
1968	3,8	0,3
1969	4,4	0,7
1970	5,3	1,2
1971	6,6	1,7
1972	9,5	4,2
1973	12,6	6,4
1974	17,2	5,3
1975	21,2	4,0
1976	26,0	6,6
1977	32,0	7,3
1978	43,5	11,9
1979	49,9	9,7
1980	53,9	6,9
1981	61,4	7,5
1982	69,5	4,0
1983	81,0	4,5
1984	101,8	6,0

apenas a ponta de uma gigantesca montanha de corrupção.

A dívida externa pode esconder o maior caso de corrupção da história deste país.

3

O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS E A AGIOTAGEM INTERNACIONAL

O mais grave é que 70 bilhões de dólares jamais chegaram ao país! 70 bilhões, que estão sendo colocados como dívida externa foram feitas pela elevação dos juros internacionais ou pela pressão dos bancos para que o país continuasse se endividando para pagar com mais dívida, as dívidas anteriores. Dívida para pagar dívida. Os banqueiros emprestando com uma mão para receberem com a outra, ou simples elevação dos juros são responsáveis pela maior parte da dívida brasileira, 70% da dívida.

Enquanto esse processo se desenvolvia e em meio a crise econômica internacional, os

Estados Unidos mantiveram as maiores taxas de crescimento econômico dos últimos 30 anos, 6,8% em 1984. Um dos principais motores deste crescimento econômico das EUA são os gastos do governo americano com armas. Os investimentos em armas foram responsáveis pela reativação dos setores industriais mais importantes da economia deste país.

Para garantir esta política, os EUA alimentaram uma impressionante dívida interna, que já ultrapassa 1,5 trilhões de dólares. Uma dívida do governo com os capitalistas americanos e internacionais, na forma de títulos públicos. Esta política irresponsável e criminosa é que estimula a especulação e pressiona a taxa de juros internacional, que de 5,5% ao ano, chegou a mais de 16,5%, aumentando de forma crescente a dívida externa do Brasil e demais países do 3º mundo.

AS TAXAS DE JUROS INTERNACIONAIS

Um crime dos EUA contra os países do 3º mundo (Cada 1% de aumento dos juros significa 1 bilhão de dólares a mais na dívida externa do Brasil)

1972	5,5
1973	9,2
1974	11,0
1975	7,0
1976	5,6
1977	6,0
1978	8,7
1979	12,0
1980	14,4
1981	16,5
1982	13,1
1983	9,9
1984	11,2

Para sustentar os ricos capitalistas norte-americanos, para produzir armas que podem destruir o planeta 40 vezes, o Brasil e outros países são sufocados economicamente, vêem a sua população viver nas piores condições possíveis. Isto é um crime contra a humanidade!

O governo norte-americano gasta mais com a produção de armas — 979 dólares por habitante do que os países da América Latina produzem por habitante, 915 dólares. Um corte de apenas 10% na produção de armas das grandes potências seria suficiente para cancelar toda a dívida externa do 3º mundo!

A DÍVIDA EXTERNA E A AGIOTAGEM DOS BANQUEIROS INTERNACIONAIS E A POLÍTICA DOS EUA SÃO UM CRIME CONTRA A HUMANIDADE!

OS BANCOS ESTRANGEIROS QUEREM SER DONOS DO BRASIL

Mais arrocho nos salários, aumento de impostos, corte nos gastos do governo com saúde, educação, transportes e obras públicas, redução do crédito e aumento dos juros, que vão tornar mais caros os empréstimos e prestações (como as do BNH).

Esse é o plano que o FMI e os banqueiros internacionais estão impondo ao governo brasileiro, para garantir o pagamento da dívida externa.

Como é que isso pode pagar a dívida? É simples: os banqueiros querem que os juros da dívida sejam pagos em dólares. E só há uma forma de fazer o país gerar dólares, aumentando as exportações e diminuindo as importações. Esta política do FMI garante este objetivo porque impede o país de crescer. Isto significa, que as empresas não investem e portanto não importam máquinas e matérias-primas e, ao mesmo tempo, são obrigadas a exportar, porque a população não tem condições de comprar e consumir a produção do país.

Mas a ganância dos banqueiros e do FMI não pára aí. Eles usam a dívida externa para fa-

zer e desfazer nos países que estão endividados. A dívida é um instrumento de opressão dos países ricos sobre os países pobres.

Eles querem por exemplo que o Brasil pague uma parte da dívida com as grandes empresas estatais, entregando setores econômicos estratégicos e riquezas naturais (ferro, petróleo, etc.) do nosso país.

E a gente passaria a depender completamente deles.

O PAÍS EXPORTA ALIMENTOS. E O POVO PASSA FOME

Esta política dos banqueiros impõem ao nosso país: exportar, exportar, exportar. Eles querem que todo o esforço produtivo do país seja voltado para a exportação, e não para atender as necessidades da população. O resultado é que falta alimento para matar a nossa fome, porque o campo está sendo usado para produzir para exportação.

Isso é uma das coisas que faz elevar os preços e aumentar o custo de vida.

PORCENTAGEM DAS EXPORTAÇÕES QUE UTILIZAM PARA PAGAR OS JUROS DA DÍVIDA EXTERNA	
Bolívia	57%
Argentina	52%
Chile	45,5%
Brasil	36,5%
México	36,5%
Perú	35,5%

PAGAR A DÍVIDA É UM ROUBO CONTRA OS POVOS DO 3º MUNDO

OS BANQUEIROS NÃO QUEREM QUE O PAÍS CRESCA.

Para crescer, o país tem que investir dinheiro na produção e importar. Tem que modernizar as indústrias, tem que colocar máquinas no campo, tem que ampliar o parque industrial para criar empregos.

Mas todo o dinheiro a mais que o país consegue está sendo drenado pelos bancos estrangeiros. O pagamento da dívida, então, significa paralisar a econo-

mia do país porque a política econômica do FMI, impede investimentos e importações. Em outras palavras, ampliar o desemprego, a fome e a miséria que ataca a população.

Nós já estamos sentindo os efeitos dessa paralisação. De 1981 a 1984, por exemplo, o Brasil cresceu zero por cento! E a produção por habitante (Produto Interno Bruto por habitante) diminuiu 9% nesse mesmo período.

DIMINUIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DE ALGUNS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA ENTRE 1981 e 1984	
Uruguai	13,9%
Venezuela	6,1%
Argentina	6,0%
Chile	5,4%
Brasil	0,0%

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) = PRODUÇÃO DO PAÍS.

PAGAR A DÍVIDA É AUMENTAR A POBREZA E A FOME

QUEM PAGOU O PATO?

Fomos nós, trabalhadores. Porque esse dinheiro saiu do nosso bolso de uma maneira ou de outra. Ou porque diminuíram nossos salários, ou porque pagamos mais por tudo que consumimos - desde a comida até a luz, o gás, a água, passando pelos impostos, prestações da casa própria e mais um sem-fim de coisas.

E O GOVERNO O QUE É QUE FAZ?

Faz discurso nos jornais, na televisão, na ONU, em todo lugar. O presidente, os ministros e os partidos do governo dizem por todo lado que o país não vai pagar a dívida com a recessão (que é a paralisação econômica), com a fome e o desemprego.

Mas entre falar e fazer vai uma grande distância. Porque, de concreto, até agora, o governo tem seguido à risca o que os banqueiros querem.

1º) Estão fazendo uma verdadeira guerra contra os salários.

Disseram que são contra os reajustes trimestrais de salário e os aumentos reais de salário.

2º) Estão cortando os gastos do Estado com saúde, educação, transporte, obras públicas etc. Ao mesmo tempo, aumentam mês a mês as tarifas de água, luz, gás. E vão aumentar ainda mais os impostos.

DIMINUIÇÃO DO PIB POR HABITANTE	
Bolívia	24,6%
Venezuela	16,2%
Uruguai	16,2%
Costa Rica	14,1%
Argentina	11,8%
Chile	11,2%
Brasil	9%
México	6,3%

PAGAR A DÍVIDA É RECESSÃO ECONÔMICA E DESEMPREGO

(Nestes países está diminuindo a produção por habitante)

3º) Anunciaram que vão privatizar (leia-se, entregar para os empresários estrangeiros) as empresas estatais.

Uma parte da Petrobrás já começou a ser vendida (3% das ações), e logo outras deverão ir pelo mesmo caminho.

O GOVERNO QUER QUE O BRASIL CRESCA... FAZENDO MAIS DÍVIDAS

O governo diz também que vai fazer o Brasil crescer 6% ao ano, que não vai deixar o país entrar em recessão. Mas crescer 6% é muito pouco.

Nos últimos 40 anos o Brasil manteve uma taxa média de 7,1% ao ano, e mesmo assim o povo continua no buraco. Crescer 6% significa que o nível de desemprego vai continuar o mesmo, porque essa taxa de crescimento é o mínimo necessário apenas para absorver uma parte da juventude que está ingressando agora no mercado de trabalho.

Portanto, esse é um objetivo muito pequeno frente às necessidades sociais e à própria história econômica do país.

Mas o mais grave é a forma como o governo quer conseguir

isso. É usando o que eles chamam de "dinheiro novo", ou seja, emprestando ainda mais dinheiro dos banqueiros internacionais, aumentando mais a monstruosa dívida externa do país.

DÍVIDA EXTERNA DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	
Brasil	104 bilhões de dólares
México	95,9 bilhões de dólares
Argentina	48 bilhões de dólares
Venezuela	34 bilhões de dólares
Chile	18,44 bilhões de dólares
Perú	13,5 bilhões de dólares
Colômbia	10,8 bilhões de dólares
Costa Rica	4,05 bilhões de dólares
Panamá	3,55 bilhões de dólares
Uruguai	4,7 bilhões de dólares

Com essa política, o governo está agravando a crise do país e jogando cada vez mais o Brasil nos braços das grandes potências estrangeiras. E a mesma coisa que os ministros do regime militar fizeram e levaram o país para o beco em que está hoje.

Que o povo brasileiro decida o seu futuro

1 — SUSPENDER JÁ O PAGAMENTO DA DÍVIDA E INVESTIGAR CASO POR CASO:

Não foram os trabalhadores que fizeram a dívida. Não foram os trabalhadores que se beneficiaram da dívida mas somos nós que estamos sofrendo todas as suas consequências com o desemprego, a inflação, o arrocho de salários, a degradação dos serviços públicos e muito mais.

A dívida é inconstitucional porque não foi aprovada pelo Congresso Nacional. Seu crescimento é resultado direto da política econômica do governo dos EUA. A dívida é responsabilidade dos governos militares e dos banqueiros internacionais e não do povo. O povo quer e tem o direito de saber quem lucrou, quem roubou,

quem são os responsáveis por este verdadeiro crime contra o

país e o futuro dos trabalhadores, inclusive, para punir os responsáveis.

Suspender a dívida é declarar para os banqueiros internacionais, para o governo Reagan e demais potências capitalistas que não vamos mais tolerar a agiotagem.



2 — PLEBISCITO NACIONAL SOBRE A DÍVIDA: QUE O POVO BRASILEIRO DECIDA O SEU FUTURO.

A dívida pesa sobre a cabeça de todos nós e sobre o futuro dos nossos filhos. Os trabalhadores brasileiros pagam com desemprego, carestia e baixos salários pela atitude criminosa de uma minoria de banqueiros, industriais, políticos e generais corruptos que enriqueceram com essa dívida. Portanto, somos nós, e nós somente, que podemos decidir sobre o pagamento da dívida. O PT exige que se submeta esta questão ao julgamento popular através de um plebiscito, que tenha força de lei. Que o povo brasileiro decida sobre o seu futuro! E ele certamente dirá NÃO ao pagamento da dívida!

SUSPENDER O PAGAMENTO DA DÍVIDA

um brasil para os trabalhadores

LUTAR CONTRA A DÍVIDA.

Quando fazemos um movimento no bairro exigindo melhorias, quando exigimos do governo o congelamento dos preços, quando fazemos greve por aumento de salário, reajuste trimestral e redução da jornada de trabalho estamos lutando contra a dívida.

Nessas lutas contra os patrões e o governo, mesmo que não seja dito claramente, nós estamos nos defendendo dos problemas que o pagamento da dívida externa tem causado ao país. Só que estamos atacando apenas os efeitos do problema. De agora em diante precisamos enfrentar o problema de frente e atacar as suas causas. Temos que lutar pela suspensão do pagamento da dívida externa.

COMO LUTAR?

Em primeiro lugar, é preciso ampliar e unificar o movimento que está sendo levado hoje, na prática, nos bairros e nas fábricas contra a política antioperária e antipopular do governo. Exigir a suspensão do pagamento da dívida e a imediata aplicação de um plano de emergência para atender à população trabalhadora: aumentos reais de salário, salário-desemprego, saúde, moradia, trabalho e alimentação para todos.

Por isso, o PT chama todas as entidades, sindicatos, organizações populares e partidos políticos comprometidos com os interesses dos trabalhadores a se unirem em torno de um programa comum de luta contra o pagamento da dívida externa e o FMI.

UNIÃO COM OS POVOS IRMÃOS DA AMÉRICA LATINA

O Brasil não está sozinho no barco da dívida externa. Por isso, ao mesmo tempo que somamos força no interior do país, precisamos buscar a união com os povos irmãos da América Latina e outros países do terceiro mundo que, como nós, são vítimas da dívida externa e da opressão das grandes potências.

A união desses países contra o pagamento da dívida externa deve ser o primeiro passo no caminho da sua integração econômica e da construção de uma nova ordem econômica internacional, baseada nos princípios de solidariedade e cooperação entre os povos. Uma ordem que assegure a valorização das matérias-primas e de tudo o que as nações do terceiro mundo produzem, e que ponha fim à política de agiotagem financeira, explora-

ção e opressão nacional comandada pelos países ricos.

SUSPENDER A DÍVIDA. E DEPOIS?

Lutar pela suspensão da dívida externa é dar início à transformação da atual estrutura econômica do nosso país.

Esse caminho não é fácil. Porque significa fazer um enorme esforço para superar a nossa dependência em relação às grandes potências estrangeiras. A nossa independência e soberania não interessam a esses países, e por isso teremos que tomar medidas firmes para fazer frente às prováveis pressões externas contra nosso país.

Entre outras coisas, será preciso garantir um estoque de matérias-primas essenciais para nos defendermos do boicote econômico das grandes potências. Além disso, é necessário preparar a indústria nacional para produzir equipamentos, máquinas e vários outros produtos que dependem de importação. Para fazer isso, o Brasil deve canalizar todo o seu potencial produtivo — hoje voltado para a exportação e produção de artigos de luxo — para a produção de bens essenciais à população e à economia nacional.

Por último, como medida de defesa, a suspensão do paga-

mento da dívida exigirá que o Estado assumira o planejamento e o controle sobre todos os setores estratégicos da economia (grande parte deles hoje em mãos de empresas estrangeiras), como o comércio internacional, os bancos, setores estratégicos da indústria etc...

UM BRASIL PARA OS TRABALHADORES

Todos os principais problemas que o nosso país enfrenta hoje estão relacionados com a dívida externa. Os banqueiros estrangeiros, que emprestaram, e os patrões nacionais, que tomaram emprestado, estão unidos em torno de um objetivo comum: explorar os trabalhadores.

Por isso, lutar pela suspensão do pagamento da dívida externa é lutar também por uma profunda transformação em nosso país. É lutar para pôr fim à exploração dos trabalhadores e por uma sociedade justa.

Esta publicação é de responsabilidade da Comissão Executiva Nacional do PT.

Texto: Aloizio Mecadante Oliveira, Rui Costa Pimenta, Cesar Augusto Nogueira; Ilustração: Bira; Diagramação: Marcatti. Av. 11 de Junho 260, CEP 04041, São Paulo-SP